O CAMPO DE SANTANA

O presente trabalho foi realizado no Curso de Paisagismo do Mestrado de Botânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CELICA ISAURA FERNANDES BELÉM (*)
NARA LEANE M. COSTA (*)
PAULO QUINTANILHA NOBRE DE MELLO (**)
RONALDO FERNANDES DE OLIVEIRA (***)
ROSE CLAIRE MARIA LAROCHE (****)

SUMÁRIO

1. Introdução
2. Histórico
3. Desenvolvimento
 - 3.1. – Antes de Glaziou
 - 3.2. – Atuação de Glaziou
 - 3.3. – Modificações
 - 3.4. – Estado Atual do Campo de Santana

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi motivado pelo interesse despertado no grupo diante da importância da obra de Auguste François Marie Glaziou, principalmente, por se tratar de uma das poucas obras do eminente paisagista que ainda mantém as características do seu estilo peculiar.

2. HISTÓRICO

Até o início do século XVIII, a Cidade do Rio de Janeiro estava limitada pelo Morro de São Bento, pelo do Castelo, pelo de Santo Antonio e pela Rua da Vala, atualmente Rua Uruguiana. A partir desta época, a necessidade de manter rebanhos para atender à crescente população, fez com que houvesse uma expansão em direção aos manguezais de São Diogo, provocando a ocupação da área onde atualmente se acha o Campo de Santana. Nessa época o povo denominava aquela região de **Campo da Cidade**, que mais tarde passou a se chamar **Campo de São Domingos**, em função de uma capela erguida ao Santo por uma confraria de pretos. No local onde hoje se encontra a Estação D. Pedro II, existia uma chácara onde foi erguida a Capela definitiva, para abrigar a imagem de Sant'Ana.

A partir da chegada de D. João VI, o Campo, já então chamado de Santana, passou a sofrer maiores transformações. Nele foram construídos quartéis e sua área foi cercada para exercício dos soldados. Nessa época havia também uma área dedicada ao lazer conhecida como **Passeio do Campo**, inaugurada pelo Príncipe Regente em 1815.

Em 1822, na área do Campo, D. Pedro I foi aclamado Imperador do Brasil. Por esse motivo, o local passou a ser denominado **Campo da Aclamação**, "... querendo Sua Majestade perpetuar por um modo público a lembrança do lugar em que recebeu de seus fiéis súditos tão agradáveis provas de respeito e afeição".

Nove anos depois, com a abdicação de D. Pedro I, o Campo passou a chamar-se **Campo da Honra** por uns, **da Redenção** por outros e, por uma minoria entusiasta, **da Liberdade**. Embora sem ser oficializado, prevaleceu, no uso popular, o nome de Campo da Honra.

Durante os conflitos que se seguiram à abdicação, não faltou o toque jocoso do povo carioca como se pode ver pelos versos que apareceram pregados nas paredes do palacete que existia no Campo:

"Da Honra fui campo outrotra
Muito que ver ainda temos
Sou campo dos nós queremos
E campo do fora, fora".

(*) Bolsista do CNPq – Museu Nacional do Rio de Janeiro.

(**) Professor da Universidade Santa Úrsula.

(***) Biólogo do Departamento de Conservação Ambiental – FEEMA.

(****) Bolsista do CNPq – Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Em 1880, já com o tratamento paisagístico de Glaziou, foi o Campo oficialmente denominado e reconhecido pelo Imperador D. Pedro II como **Campo de Santana**, no dia 7 de setembro. Em 1917, foi denominado e reconhecido oficialmente pelo Decreto 1165 de 31 de outubro como **Parque Campo de Santana**. Já em 1934 o Decreto 4786, de 21 de maio, desincorporou as Ruas de contorno passando a denominar-se **Parque Júlio Furtado**, em homenagem ao antigo Diretor dos Jardins Municipais, enquanto que as Ruas de contorno receberam a denominação de **Praça da República**. Em 1939, com a reincorporação das Ruas de contorno, o Parque Júlio Furtado passou a denominar-se **Praça da República** através do Decreto 9876, de 25 de agosto.

Finalmente em 1965, a Lei 575, de 13 de agosto de 1964, determinou que o Parque Praça da República voltasse a chamar-se **Parque Campo de Santana** e as Ruas que o circundam de **Praça da República**.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Período antes de Glaziou

Por descrição de alguns autores, a região parece ter sido uma restinga compreendida entre a Lagoa da Sentinela e os manguezais de São Diogo. É o que se pode deduzir, por exemplo, em Brasil Gerson: "... era ele um campo de ervas rateiras e cajueiros, formado de areias ou terras arenosas e que se alastravam, à esquerda de quem ia para o Norte, até quase a Lagoa da Sentinela, no Caminho de Mata-Porcos, hoje Frei Caneca, e para adiante até os manguais de São Diogo. Nome não tinha, nem casas dignas de menção, mesmo porque a cidade ainda era praticamente delimitada pela Vala (ou Rua Uruguiana)".

No tempo em que a Vala era o limite da cidade só havia para o Campo da Cidade, um estreito caminho chamado de Capueruçu, onde existe hoje a Rua da Alfândega. Com o crescimento da população, as novas demandas de insumos diários da população fizeram crescer o interesse pela área além da Vala. Começaram a ser demandados à Câmara, por aforamento, pedaços de terra no Campo da Cidade para o estabelecimento de chácaras de cultivo e criação de animais.

Desta época merecem destaque as chácaras de Mendes de Almeida, de Gonçalo Nunes e a do Cônego Antônio Pereira da Cunha. Nesta ocasião os escravos haviam erguido uma capela que abrigava a imagem de São Domingos. O nome do logradouro passou a ser, como de costume geral das gentes, Campo de São Domingos. Quando na mesma capela foi introduzida, em 1710, uma imagem de Sant'Ana, venerada pelos brancos, estes passaram logo a pensar em uma igreja para abrigar a imagem da mãe da Virgem, motivados pela discriminação racial e tendências separatistas, óbvias para a época. O Cônego Antônio Pereira da Cunha ofereceu, então, aos devotos de Sant'Ana, um pedaço de terra na sua chácara para que ali fosse levantada uma igreja. Desde então — 1735 — passou toda aquela área a ser conhecida como Campo de Sant'Ana. No governo de D. José Luiz de Castro, o Conde de Rezende, o Campo de Sant'Ana foi aterrado e saneado.

Vindo a Corte para o Rio de Janeiro em 1808, D. João VI nomeou para o cargo de Intendente Geral da Polícia, Paulo Fernandes Vianna, que mandou construir próximo à igreja, um chafariz que passou a ser conhecido como chafariz das lavadeiras. Cronistas da época descrevem-no como "rodeado de oito colunas cada uma com um lampião que se acende de noite e duas grandes pias sempre pejudas de lavadeiras; fora das colunas há outras duas pias mais pequenas onde bebem as cavalgaduras". Chafariz e igreja foram demolidos quando da construção da Estação da Central do Brasil.

Foi também Paulo Fernandes Vianna o criador do primeiro jardim que ali existiu. Escolheu um pedaço do Campo de Santana que cercou com gradil de madeira. Plantou amoeiras, atendendo a pedido de Thomaz Antonio Villanova que pensou em incentivar no Brasil a produção da seda. Foram também plantadas plantas estrangeiras e nativas. Estendia-se o jardim da Rua Nova do Conde, atual Visconde do Rio Branco, até a Rua do Alecrim, atual Buenos Aires, com pouco mais de duzentos metros. Era o chamado Passeio do Campo, inaugurado em 1815.

Antes, era o Campo de Sant'Ana vasta praça arenosa onde havia muitos cajueiros. O terreno apresentava sulcos profundos que, por ocasião das chuvas, se transformava em alagadiços. Foi, portanto, o melhoramento feito por Paulo Fernandes Vianna, em 1815, o primeiro tratamento paisagístico que se verificou naquela área. Entretanto, não teve longa duração o Passeio do Campo com seus jardins. Logo depois da retirada de D. João VI para Portugal em 1821, o Príncipe D. Pedro mandou destruir o Passeio do Campo por razões pessoais, alegando que Fernandes Vianna queria, realmente, possuir um jardim nas proximidades de sua casa.

Em 1817 o Campo de Sant'Ana ganhou nova construção. Foi um vasto pavilhão erguido para os festejos da coroação de D. João VI.

Permaneceu a praça durante muitos anos como depósito de lixo servindo ainda como lavanderia pública. Não obstante, mandou o governo construir um teatro em 1831. Era chamado Teatro Provisório porque foi construído para durar apenas três anos, durando, entretanto, vinte e três anos. Nesse teatro, que se chamou mais tarde Teatro Lírico Fluminense, representaram os principais artistas da época e ouviram-se cantores e pianistas internacionais.

Em vésperas da revolução de 7 de abril, a Câmara Municipal da Corte, cogitou do plantio de árvores de sombra e nivelamento do terreno. Pouco se executou, entretanto, e sem nenhum plano eficiente. Algumas foram plantadas em frente às casas de residência do Marquês de Inhambupe e do Ministro da Fazenda, Nicolau Pereira dos Campos Vergueiro.

Um dos problemas mais sérios da administração municipal era o da defesa das poucas árvores existentes. Meninos de colégio, desocupados e malfetores não cessavam de apedrejar e danificar as árvores, quebrando galhos ou cortando-as totalmente. A esses indivíduos aliavam-se, comumente, mendigos, ladrões e capoeiras, muitos deles escravos que não só destruíam as árvores, como praticavam no Campo as maiores indignidades, apesar da repressão da polícia com a aplicação de açoites e das célebres surras de camarão.

Em 1839, o vereador Luiz de Menezes Vasconcelos de Drumond sugeriu que se fizesse a arborização do antigo local do Passeio do Campo. Tal sugestão não foi, sequer, objeto de deliberação pelos demais vereadores. Em 1853 outro vereador, Roberto Jorge Haddock Lobo propôs novamente a arborização do descampado. Também não surtiu o menor efeito tal proposição. Ainda em 1853 Manoel de Araújo Porto Alegre apresentou à Câmara um projeto que foi, finalmente, considerado pela edilidade. Aprovado pelo Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro, teve início o plantio de mudas com o auxílio do general João Carlos Pardal que determinou que vinte sentenciados escoltados e devidamente acorrentados procedessem, não só ao plantio das árvores, como ao aterro do local.

Em 1856 a igreja de Santana foi demolida, assim como o chafariz, para dar lugar à estação da Central do Brasil.

Em 1857, o Visconde de Condeixa, João Maria Colaço de Magalhães, homem muito rico, ofereceu à Câmara a quantia de três contos de réis para as obras de ajardinamento do Campo de Sant'Ana. Uma parte da dita quantia era destinada ao engenheiro que, em concurso, apresentasse o plano que mais agradasse à Câmara e ao Governo.

Apesar do interesse de pessoas como o Visconde de Condeixa, até 1860 o vasto Campo de Sant'Ana continuava em deplorável estado de abandono. Referindo-se a isso, a "Semana Ilustrada" publicou, além de várias caricaturas alusivas ao fato, as seguintes quadrinhas:

"Mudam-se os nomes das ruas,
Mas a nossa Edilidade
Devia usar nas mudanças
Um pouco mais de equidade
Pois o Campo de Santana
Não merece esse favor?
Quando se melhora tudo
Não deve ele ir a melhor?
Qualquer destes nomes há de
Agradar aos mais casmurros
Ou cemitérios dos gatos
Ou necrópole dos burros".

Era tal o estado de imundície do Campo que a Junta Central de Higiene, em 1865, apresentou fundamentada queixa à Presidência da Câmara, reclamando a suspensão do aterro feito com lixo e toda a sorte de sujidades.

Em 1869 foi apresentado à Câmara Municipal o projeto de um monumento a D. Pedro II, de autoria do engenheiro militar Paulo José Pereira, que ocuparia a parte central do Campo. Esta proposta incluía a construção de várias estátuas e grupos alegóricos e sugestões para mudança do nome de Aclamação para Campo de Marte. A obra seria realizada por contribuição popular mediante donativos ou pelos amigos dos heróis da guerra do Paraguai cujos bustos deveriam compor os trabalhos de escultura. O projeto foi considerado irrealizável pelas despesas que acarretaria, também não podendo a obra ser realizada às expensas do povo.

Ainda em 1869 foram enviados à Câmara outras propostas de ajardinamento do Campo que na época era denominado de Aclamação mas que continuava na linguagem do povo como Campo de Sant'Ana.

A proposta do engenheiro municipal José Antonio da Fonseca Lessa foi rejeitada por ser muito dispendiosa e deveria correr por conta dos cofres municipais.

O projeto de Eduardo de Sá Pereira de Castro e F. de Macedo Campos pretendia arborizar e ajardinar o Campo, no prazo de três anos, abrindo ruas para passagem de carros e pedestres e fechando-o com gradil e balaústres de ferro fundido. Os proponentes pediam para isso garantia e privilégio de trinta e seis anos com uso e gozo dos edifícios que construíssem e que seriam destinados a teatros, cafés, bilhares e outros divertimentos. Pediam ainda gratuidade da água para chafarizes e repuxos bem como do gás para iluminação. No fim dos trinta e seis anos os proponentes entregariam à Câmara todas as benfeitorias, sem indenização. Essa proposta foi recusada por ser imprecisa quanto à quantidade e qualidade das benfeitorias a serem realizadas.

A proposta de Alfred de Courson consistia em implantar um jardim zoológico e de aclima-

ção nas proximidades do Teatro Lírico Fluminense. O jardim seria dividido em jardim e viveiro de plantas, pássaros e animais em geral, aquário para peixes etc. O proponente pedia privilégio de noventa e nove anos com o direito de cobrar entradas aos passeantes, organizando assinaturas mensais para esse fim, como se fazia nos jardins da Europa. Foi recusada sob a alegação de que a área do Campo da Aclamação estava destinada a fim diverso.

O projeto de C.J. Harrah era bastante minucioso, com prazo de execução de dois anos e, se aceito, seriam fornecidas as plantas do projeto definitivo. Os privilégios durariam quarenta anos, findo os quais as benfeitorias seriam entregues à municipalidade. Foi o projeto aceito após algumas divergências de alguns vereadores. Em 1870 o proponente foi chamado a assinar o contrato. C.J. Harrah, entretanto, não apareceu para assiná-lo, parecendo ter-se desinteressado do projeto.

3.2 Atuação de Glaziou

Desde 1860 estavam dedicados aos trabalhos de restauração do Passeio Público, Auguste François Marie Glaziou e o Comendador Fialho Francisco José Fialho. Seus trabalhos já eram bastante reconhecidos e os dois apresentaram à Câmara, em 1871, um plano de ajardinamento do Campo da Aclamação que foi devidamente aprovado em 1872 e iniciado em 1873.

O projeto de Glaziou

Constavam do projeto original de Glaziou:

Oito ricos portões de ferro sustentados por colunas do mesmo metal, ligando entre si as diversas partes do gradil assentado em parapeito de cantaria e acompanhado de lajeado exterior.

Dois pavilhões para venda de refresco, biscoitos, tabaco, jornais, etc.

Grande edifício para restaurante, banhos, brilhares, etc., construído com toda solidez e elegância, com grandes e fortes alicerces batidos pelas águas do grande lago.

Torre para habitação de pássaros aquáticos e aéreos, construída dentro do grande lago.

Corpo de guarda, edifício de sólida construção, com acomodação para a guarda e detenção provisória.

Grande chalé para restaurante, etc., edifício de notáveis dimensões e aspecto, copiado com pequenas diferenças do existente no Bosque de Boulogne, em Paris, obra bem acabada e elegante.

Quiosque imperial destinado a repouso da família imperial na ilha que lhe é reservada, obra em que se empregará grande capricho, sendo convenientemente decorado.

Dois edifícios de sólida construção destinados à habitação dos principais empregados da administração do jardim e guarda dos melhores utensílios.

Laboratório hortícola próximo ao fosso da estrumeira: são ambos construídos solidamente, servindo aquele para os trabalhos de multiplicação de plantas, preparo e composição de adubos, etc.

Fosso de estrumeira: grande tanque empedrado interiormente para depósito das varreduras, estrume, etc.

Quatro latrinas em sítios apropriados e ocultas por maciços de árvores.

Grande reservatório subterrâneo para depósito de águas que alimentem a grande cascata. É construído com a conveniente solidez no centro da montanha a cavaleiro desta, para crer que dela proveio a água da cascata.

Sete pontes: são feitas com toda a segurança e perfeição com granito lavrado e fosco ou bruto, ferro e madeira de lei. A que dá acesso à ilha imperial é giratória ou de suspensão.

Gruta túnel: é obra muito importante, praticada sob a montanha para a comunicação do caminho em suas extremidades. Por cima da montanha corre outro caminho que fica superior ao túnel. Sua execução é mui dispendiosa e demanda a mais inteligente prática.

Três reservatórios d'água para irrigação: são construídas com alvenaria cimentada ou forradas de cantaria.

Lago superior e grande cascata: este lago fica superior às outras peças d'água, para as quais despeja suas águas por baixo de uma ponte rústica, formando uma pequena cascata: nele pode-se pôr peixes ou répteis anfíbios, daninhos ou não visto estar parte de suas margens encostada à grande cascata e à montanha e, portanto inacessível ao público, e a outra será por suficiente cerca viva ou gradil.

Rochedos fictícios: formados com grandes pedras desde o fundo d'água, são coroados com terra para nutrir as plantas que vivem em tais sítios.

Grande lago, casa de banhos e restaurador: obra de grande custo e cuja solidez garante as propriedades.

Ilhotas feitas em ponto maior do que os rochedos ou escolhos e plantados como estes.

Grande ilha Imperial.

Ilha da Edilidade, maior que a antecedente, na qual se acha o grande chalé.

Dez grandes estátuas de ferro fundido e seus pedestais, obra bem acabada da fábrica de Barbezat, em Paris, ou de igual crédito pela perfeição de seus bronzeados.

Embarcadouro na Ilha Imperial, havendo outros nos pontos mais convenientes.

Galeota e cinco escaleres menores para navegação nas águas do jardim.

Ao lado deste elenco de obras de artes são da maior importância as cláusulas de 11 a 15 que dizem respeito aos cultivos:

Cláusula 11 – Os proponentes porão o maior empenho em coligir pelas províncias do Império os mais preciosos de vegetais indígenas, preconizados nas construções navais e marítimas, na ebanisteria, tinturaria, medicinais, fabris e textéis, com especialidade na família das palmeiras a fim de possuir um jardim nacional a maior coleção possível de representantes da rica flora brasileira.

Cláusula 12 – Colecionarão também vegetais exóticos dos mais primorosos por sua beleza e utilidade com vista de aclimatá-los e multiplicá-los, classificando cientificamente os destes e daqueles que parecerem mais dignos de serem conhecidos e estudados.

Cláusula 13 – Além da plantação do jardim que os proponentes calculam excederá a cinquenta mil vegetais, criarão um modesto horto especial de plantas medicinais para uso dos estudantes de botânica da Escola de Medicina.

Cláusula 14 – Coligirão mais para povoação dos lagos, pássaros aquáticos e ribeirinhos nacionais e estrangeiros, entre os quais porão doze cisnes brancos e pretos.

Cláusula 15 – Os trabalhos de amanhã dos terrenos cultiváveis serão praticados conforme os melhores preceitos da ciência, adubando-os segundo a exigência da natureza peculiar dos vegetais que tiverem que receber e nutrir.

Nota-se no projeto que ele é tão atual nos seus preceitos como se tivesse sido feito nos dias de hoje. É destinado fundamentalmente ao lazer tendo o homem como finalidade, não esquecendo de ser também cultural e científico destinando-se ainda à preservação da flora e da fauna.

Em princípios de fevereiro de 1873 iniciaram-se as obras de aplainamento do terreno, executando-se sem demora as de jardinagem. O Teatro Lirico Fluminense funcionava como canteiro de obras e foi demolido em 1875. Neste ano, o relatório do Conselheiro João Alfredo registra a criação de um viveiro de plantas indígenas cujo número excede a vinte e cinco mil, sendo em grande parte de árvores de madeira de lei e arbustos interessantes, principalmente por suas aplicações industriais e medicinais. O relatório do Conselheiro Antonio da Costa Pinto Silva, em 1877, informava que os serviços de jardinagem contavam com quarenta e seis mil árvores das quais a maior parte pertencia à flora fluminense.

Em setembro de 1873 chegaram da Índia três mil mudas, principalmente de *Ficus microcarpa* e *Ficus religiosa* que permaneceram no viveiro do Campo até 1879, quando foram então plantadas.

A 7 de setembro de 1880 inaugurou-se o jardim. Desde as quatro horas da tarde estava o povo aglomerado junto aos portões. Um pouco antes das cinco chegaram os vários ministros e o Barão Homem de Melo – Ministro do Império – entregou a Glaziou o decreto que agraciava o paisagista com o grau de Comendador da Ordem de Cristo em atenção aos relevantes serviços prestados ao país. Às cinco horas chegou o Imperador e, acompanhado de seus ministros, percorreu o jardim mandando, em seguida, abrir os portões para a entrada do povo.

Descrição paisagística do jardim em 1880

O “Jornal do Commercio” em sua edição de 7 de setembro de 1880, publicou a seguinte descrição paisagística do jardim do Campo da Aclamação:

“Este formoso jardim, o mais belo que se pode encontrar no centro de uma capital, vai ser hoje entregue para logradouro do público fluminense.

Confuada ao Dr. Glaziou a execução desse grandioso plano, saiu-se dela com toda a galhardia o provento engenheiro e botanista. Como obra de arte tem esse jardim uma cascata monumental de soberbo efeito vista pelo exterior, e cheia de episódios inesperados para o visitante que se embrenhar nas grutas que tem no interior; ornadas de estalactites e estalagnites, onde o contínuo correr da água completará a perfeita ilusão. Dá acesso a essa cascata uma pinguela rústica e várias pedras como que disseminadas ao acaso nas águas do lago inferior. De noite, a cascata é iluminada por lampiões de gás-globo, artisticamente dispostos.

Todo o jardim é cortado por um extenso lago rasteiro onde a grama vai beber, ocultando graciosamente o trabalho da mão do homem. Sobre esta longa fila d’água, há diversas pontes, imitando troncos de árvores. Todo este trabalho é feito de cimento, e tanto no desenho como na cor, imita com muita verdade, o natural.

Em frente da cascata há um grande monolito esférico, sobre o qual se ergue um grupo de proporções monumentais apresentando um combate do tigre com o homem. As linhas do grupo são de bela composição: o desenho dos pormenores é feito com a largueza de linhas que exige este gênero de escultura. É autor do grupo o conhecido escultor Després de Cluny.

No que diz respeito ao ajardinamento é ele feito não só por um botanista proficiente, como por um paisagista de elevado gosto. As árvores estão dispostas como o fim de produzir determinada composição de linhas, que devem desenrolar diante dos olhos do visitante uma infinidade de quadros de paisagens.

Não foi indiferente a cor dos diversos vegetais; antes, pelo contrário, estão colocados de forma que, pela diferença de matizes, todos eles se destaquem e produzam um efeito conjunto de grande harmonia.

Conquanto o jardim do Campo da Aclamação já seja um passeio agradável, é só daqui a alguns anos que poderá ostentar todos os seus atrativos e riquezas.

As árvores estão distanciadas de maneira que daqui a cinco anos, as frondes se unam de lado a lado, assombrando aquelas extensas ruas de modo que tornem este local apetecido nas horas de mais intenso sol.

Há ali exemplares das árvores mais notáveis do Brasil e de outras regiões que com o nosso clima tem semelhança. A qualidade de eucaliptos que o Sr. Glaziou plantou em grande quantidade é a robusta e resinífera, que se dá perfeitamente com o nosso solo e condições climáticas. Os gramados extensos, de onde de vez em quando se destacam alguns arbustos, produzem magnífico efeito.

As cinco horas da tarde, S.M. o Imperador entrará no jardim pelo portão fronteiro à rua do Hospício; depois que se tenha retirado, ficará à disposição do público este jardim, que conservará abertas as portas até as nove horas da noite. Aí fica, pois, o público do Rio de Janeiro de posse de um magnífico logradouro de que tanto carecia para seu recreio e higiene, e bom será que à vista do custo e dos sacrifícios que este jardim impôs aos cofres da nação, o nosso público, ordeiro e bem intencionado como é, zele esta propriedade nacional como se ela pertencesse a cada um em separado”.

A construção do parque custou 1.102:000\$000, menos 550:000\$000 do que o orçamento. Desta economia coube 100:000\$000 ao Dr. Glaziou, em virtude do seu contrato, visto que uma de suas cláusulas lhe concedia um terço da quantia que economizasse. Entretanto, até 1882 informava o Ministro do Império, Conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas, não foi possível satisfazer-se esta dívida.

3.3 Modificações

Cinco anos depois de inaugurado, o parque apresentou problemas. O Presidente da Câmara Municipal, Dr. Joaquim José da Silva Pinto, reclamava do Ministério do Império conta a estagnação das águas dos lagos e canais por terem aparecido febres de mau caráter nas circunvizinhanças. Os defeitos foram logo sanados pela Inspetoria de Obras Públicas.

Com o advento da República foram retiradas as coroas imperiais que ornavam as divisões dos gradis.

Em 1891 foram construídos dois chalés destinados a comércio e jogos de recreio que logo foram desativados.

Em 1895 passou o jardim do Campo de Santana a ser administrado pela Municipalidade.

Em janeiro de 1938 foram retirados os gradis que circundavam o parque, na administração do Prefeito Henrique Dodsworth, e em 1941, em virtude da construção da Avenida Presidente Vargas, o parque perdeu boa parte de sua área que foi ainda mais reduzida, em 1944, quando do alargamento da mesma avenida.

A área original do parque era de 146.400 m² e, depois das obras da avenida, ficou reduzida de 18.200 m².

Essas duas últimas modificações foram drásticas para o projeto original de Glaziou. A retirada dos gradis ensejou invasão e pisoteio da área plantada com marcantes prejuízos para as obras de arte e para os jardins. Por essa ocasião, os atos de vandalismo e delapidação da obra de Glaziou, ascenderam em escala assustadora. A área amputada ao parque foi um aviltamento tão escabroso que teve que ser feita à noite, temendo-se a reação da população.

Até o início do século existiam coretos e caramanchões destinados à música e visitantes. No seu interior foram ainda construídos a atual sede do Departamento de Parques e Jardins, belíssima obra de estilo Luiz XV, projeto do arquiteto Léon Gaubert e o prédio ocupado pelo Jardim da Infância. Em 1909 foi também instalado um pavilhão de madeira para uma exploração nacional com espécies da fauna e da flora do então Distrito Federal. Esse pavilhão continuou ainda durante algum tempo exibindo exposições periódicas de flores e de canários.

Em 1956 foram efetuadas obras de pavimentação asfáltica nas alamedas do parque. No mesmo ano foram construídos cordões de concreto em torno dos canteiros.

Em 1967 voltou o parque a ser cercado com gradis bastante inferiores aos originais. Destes existem ainda pedaços bastante bons e conservados que se podem ver no Açude da Solidão e que foram lá colocados quando do tratamento paisagístico que ao local deu Roberto Burle Marx, em 1944. Um outro trecho, ainda maior, pode ser visto cercando o parque de Vila Isabel e que lá foi colocado, quando de sua reforma, por Luiz Emygdio de Mello Filho.

Em 1968 o Campo de Santana foi restaurado pela Firma Ytapema. Em 1970 foram colocados no parque os bustos de bronze do cantor Vicente Celestino e do compositor Jose Barbosa da Silva (Sinhô).

3.4 Estado atual do Parque do Campo de Santana

Atualmente o Parque do Campo de Santana ainda é o melhor parque da Cidade do Rio de Janeiro e, das obras de Glaziou, a que ainda mantém mais vivas as suas características de paisagista.

O modelado do terreno que Glaziou tão bem sabia manipular, e que foi totalmente alterado em suas obras como na Quinta da Boa Vista e na Praça de Friburgo, ainda se mantém, com as características originais, no Campo de Santana e, talvez um pouco, na Praça de Valença.

O efeito criado pelo mestre paisagista no século passado ainda é bastante marcante. Enormes bacias gramadas possuem livres suas concavidades, deixando bem iluminadas as grandes extensões atapetadas de verde. Os bordos salientes são ocupados pelas árvores, principalmente *Ficus microcarpa* esculturais, dando-lhes realce e destacando-as no conjunto harmônico. Rios e lagos formam belíssimos espelhos d'água onde se refletem as copas emoldurando o céu. As ilhas e pedras soltas nos lagos, todas vegetadas, transmitem agradável sensação de tranquilidade, como de resto todo o parque.

O borborinho da cidade e os transeuntes apressados são notas dissonantes que logo são esquecidas quando se para e observa qualquer detalhe do parque.

Das obras de artes existentes, algumas são do projeto original e outras foram anexadas posteriormente.

A parte central é ocupada por monumento encimado pela estátua de bronze de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, dedicado à República. É obra espúria ao projeto de Glaziou.

Existem também quatro estátuas de mármore representando o Verão, o Outono, o Inverno e a Primavera. São também espúrias ao projeto e foram colocadas no tempo do Prefeito Dr. Pereira Passos, sendo que o Outono e a Primavera estavam colocadas, originalmente, junto ao portão em frente à Central do Brasil. Foram deslocadas para o centro do parque por ocasião do alargamento da Presidente Vargas.

Próximo às estátuas das estações do ano estão quatro pontos d'água que serviriam ao chafariz que representaria os grandes rios brasileiros no centro do parque, como era intenção de Glaziou. Estes quatro pontos d'água foram transformados em bebedouros de ferro, trabalhados com bustos de crianças.

No lago junto à Sede do Departamento de Parques e Jardins está a estátua de mármore de um menino nu, sorridente, sentado sobre uma pedra.

Um monumento, representando um combate entre um homem, seu cão e uma onça, está colocado sobre uma pedra artificial em frente à gruta da cascata.

As pontes sobre os rios são feitas com ferro, pedra, argila, areia, saibro e óleo de baleia, imitam troncos de madeira e fazem parte do projeto original de Glaziou.

Existem no parque alguns animais que dão movimento aos jardins. São célebres as cotias (*Dasyprocta agouti*) que encontraram no parque um nicho ecológico ao qual se adaptaram perfeitamente. Gansos (*Anser sygnoides*), cisnes-brancos (*Cygnus olor*) e cisnes-pretos (*Cygnus atratus*) deslizam suavemente, movimentando o espelho aquático com sua graça. São animais que precisam de grandes extensões para alçarem voo. Além disso têm as asas operadas por veterinários do Jardim Zoológico para não voarem. Algumas garças brancas (*Casmerodius albus egretta*) e marrequinhas ananaí (*Amazonetta brasiliensis*) e irerê (*Dendrocygna viduata*) aparecem esporadicamente no parque em virtude do alimento fácil e da falta de inimigos naturais. Alguns camaleões-verdes (*Ameiva ameiva*) foram soltos no parque por Luiz Emygdio de Mello Filho mas não têm sido observados, provavelmente pelo seu pequeno tamanho e sua cor mimética.

Segundo levantamento do Departamento de Parques e Jardins, existem no Campo 931 árvores distribuídas em 16 canteiros, 16 banquetas e 4 taludes. A cobertura é feita de grama em maior parte (*Paspalum notatum*) e também por marantas (*Calathea* sp.) e jibóia (*Scindapsus aureus*).

Dentre as principais plantas contam-se: *Ficus microcarpa* Linn., *Ficus retusa* Wall., *Ficus religiosa* Linn., *Ficus clusiaefolia* Hort. ex Kintz e Bouché, *Ficus afzelli* Hort. Berol. ex Kunth et Bouché, *Ficus pertusa* Linn., *Ficus canonii* N. F Br., *Cassia siamea* Lam., *Ceratozamia mexicana* Brongn., *Nolina recurvata* Hemsl., *Ravenalla madascariensis* J.F., *Astrocaryum mexicanum* Liebm. ex Mart., *Roystonea borinichiana* Cook., *Syagrus romanzoffianum* (Cham.) Glassman., *Chamaerops humilis* Linn., *Sapindus saponaria* Linn., *Murraia exotica* Linn., *Guazuma ulmifolia* Lam., *Cedrella* sp., *Araucaria bidwillii* Hook., *Ixora alba* Linn., *Tipuana tipu* (Beuth.) O. Ktze, *Hura crepitans* Linn., *Aglaia odorata* Lour., *Astrocaryum ayri* Mart., *Renanthera coccinea* Lour., *Gustavia augusta* Linn., *Terminalia catappa* Linn., *Artocarpus heterophylla* Lam., *Epipremnum pinmatum* Engl., *Anthurium crassinervium* Hort. ex Engl., *Allamanda cathartica* Linn., *Euphorbia caracazana* Boiss. e *Adansonia digitata* Linn.

RESUMO

Neste trabalho apresentamos informações sobre o Jardim mais antigo e típico do Rio de Janeiro: Campo de Santana, que representa o Espírito da Concepção do paisagista Glaziou.

SUMMAIRE

Nous présentons dans ce travail des renseignements concernant le jardin le plus ancien et les plus typique de Rio de Janeiro: Campo de Santana. Celui-ci représente l'Esprit de la conception du paysagiste Glaziou.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Prof. Luiz Emygdio de Mello Filho pela orientação recebida.

BIBLIOGRAFIA

- ANÔNIMO. Apostila do DPJ.
AZEVEDO, M. D. M. 1877. O Rio de Janeiro, Suas Histórias, Monumentos, Homens Notáveis, Usos e Curiosidades. Garnier, 470 pp. RJ.
BURMEISTER, H. 1853. Viagem ao Brasil. Trad. Liv. Martins Ed. 341 pp. SP.
CORREA, M. 1939. Terra Carioca – Fonte e Chafarizes. Imp. Nacional. 223 pp. RJ.
EDMUNDO, L. 1938. O Rio de Janeiro do Meu Tempo. Vol. 3. Imp. Nacional. 1110 pp. RJ.
FERREZ, G. O Velho Rio de Janeiro Através das Gravuras de Thomas Ender. Ed. Melhoramentos. 172 pp. SP.
FICHAS do Departamento de Parques e Jardins.
GERSON, B. 1954. História das Ruas do Rio de Janeiro. Pref. Distr. Fed. Sec. Ger. Ed. Cult. Col. Cidade do Rio de Janeiro n.º 9: 191-208.
GOVERNO DO ESTADO DA GUANABARA. 1965. Rio de Janeiro em Seus Quatrocentos Anos – Formação e Desenvolvimento da Cidade. Distri. Record. 460 pp. RJ.
MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES. 1965. Catálogo da Exposição “Aspectos do Rio”. Min. Educ. Cult. 46-47. RJ.
PLANITZ, BARÃO DE. 1848. Vista da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro Tirada do Convento de Sta. Thereza in Col. Cidade do Rio de Janeiro – O Rio de Janeiro na Maioridade. Bibl. Nacional. 1958. RJ.
RUGENDAS, J. M. 1949. Viagem Pitoresca Através do Brasil. Trad. Liv. Martins Ed. 205 pp. SP.
SEIDLER, C. 1835. Dez Anos no Brasil. Trad. Liv. Martins Ed. 71-72. SP.
TERRA, M. R. B. 1965. Parque in Rio. Sec. Educ. Cult. Dept.º Educ. Prim. Serv. Educ. Prim. Compl. Sec. Educ. Civ. 105-110.